



Carlos Marighella: memória de resistência eternizada pela literatura

Andreza Rayanne Alves Santos¹

Regime de medo e dependência

O período posterior à segunda guerra mundial é caracterizado por uma disputa política-ideologia entre os Estados Unidos da América com o capitalismo contra o poder “inimigo”, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O constante conflito por relações comerciais com os demais países, a demonstração de controle e a busca pela hegemonia global, bem como a tensão ocasionada por esses fatores caracteriza o fenômeno emblemático desse período: a Guerra Fria. O conflito pela hegemonia mundial entre o capitalismo e o socialismo foi caracterizado pela descentralização do embate – a disputa era enfocada em locais estratégicos do globo, as zonas de interesse econômico –, tal como a imaginação popular de que: “o confronto entre os dois sistemas pode levar à destruição do mundo”². Assim, destaca-se o interesse nas “áreas de subdesenvolvimento” que podem ser interpretadas, nesse contexto, como possíveis áreas de expansão política e de demonstração de controle econômico e social. A América Latina, nesse contexto, passa a ser alvo de cobiça em meio a Guerra Fria. Ora pelo medo popular de uma “ameaça comunista”, outra para manutenção de sua hegemonia e do status quo de relações internacionais de dependência, os governos dos Estados Unidos estabelecem políticas particulares de controle sobre determinadas áreas da América Latina. O bem-estar social passou a ser estruturalmente ligado aos benefícios do capitalismo e, conseqüentemente, às políticas de auxílio estadunidense e as posteriores intervenções diretas e autoritárias nas políticas de cada país.

Enquanto a América Latina configurava uma área de interesse indispensável para as relações internacionais norte-americanas, o período que antecede a Ditadura Militar no Brasil provocava incerteza graças aos conflitos internos e políticos. Assim, a década de 1960 apresenta um cenário de pressões populares e sindicais intensas pelas “reformas de base”, o que contrariava os interesses econômicos dos Estados Unidos, representado pelas multinacionais na região. A incerteza causada pelo governo de João Goulart – que sofreu fortemente com a oposição da direita – e a aproximação do governo estadunidense com os setores militares foram determinantes para a tomada de poder, cravando os interesses norte-

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Pará. E-mail: andreza.rasantos@aluno.uepa.br

² Ayerbe, 2002, p. 64.



EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

americanos nas relações políticas do Brasil. A Ditadura Militar no Brasil fundamenta-se “como principal guardião do capital internacional e defensor da ‘restauração da economia’ – cambaleante e anarquizada pelas constantes greves”³. Respaldados por uma “luta” contra um inimigo de estado invisível e, ainda assim, extremamente perigoso, os militares derrubaram o regime civil no dia 1 de abril de 1964 e instauraram um governo autoritário e sangrento.

Entre a sentença e a resistência

Compreender a perspectiva popular ao novo regime é complexo, visto que a dependência e fascínio pelo capital estrangeiro justificam e fortalecem a luta contra um inimigo comum (o comunismo) e, posteriormente, a violência e censura de intervenções militares, provoca a ambiguidade em relação a memória desse período histórico. O apoio político norte-americano ao regime golpista enfrenta o descontentamento e mobilizações populares contra a violência e autoritarismo. Entre os grupos que formam uma oposição e resistem clandestinamente ao regime destaca-se a Ação Libertadora Nacional – e, dentro da ALN, o comando de Luiz Carlos Prestes e, especialmente, Carlos Marighella é incontestável. Para ressaltar a produção de uma memória no meio social é necessário considerar o vínculo direto com a circulação no meio, bem como a própria observação e reflexão sobre a narrativa construída⁵. Ao analisar a produção de memória sobre Carlos Marighella, pode-se perceber, por um lado, a tentativa de assegurar os interesses das classes dominantes e, sobretudo, impedir que o país sucumbisse a um sistema socialista taxando-o como criminoso, por outro, os registros da defesa de um comunista sem julgamento jurídico e que, ainda assim, tornava-se um inimigo nacional. A culpabilidade construída de Marighella remete ao seu ímpeto crítico aos governos autoritários no país, ainda que em períodos de extrema repressão e censura.

A perseguição da figura de Marighella pouco depois do golpe expõe a tática militar e o imaginário que movia os golpistas, uma vez que os militares ideologicamente buscavam a instauração “da ‘paz social’, da ‘moral e da ‘ordem’” e, nesse cenário, Marighella configura o elemento de desordem comunista a quem visavam combater. Carlos Marighella publica clandestinamente em 1965 a obra “Por que resisti à prisão” que expõe a violência policial, apontando o atentado que sofreu como um ato político em uma caça à sua figura. É válido ressaltar que essa publicação, bem como a própria ação militar contra ele, endossam a imagem de resistência do militante ao público. Em maio de 1964, pouco mais de um mês depois do golpe militar, a busca por Marighella culminou em sua prisão após ser baleado em

³ Coggiola, 2001, p. 15.



EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

uma sessão de cinema lotada, ainda que o mesmo estivesse desarmado. Esse ato provocou medo nos civis presentes e exemplificou o *modus operandi* das ações militares contra a ameaça comunista no Brasil que, nas palavras de Marighella, era categoricamente: “Friamente planejado. Premeditado. Com todos os requintes de barbárie e de irresponsabilidade – características inseparáveis do atual regime”.

O regime militar brasileiro fez uso de instrumentos governamentais para legitimar as decisões tomadas pelos golpistas – os Atos Institucionais –, e assim ampliavam o poder autoritário do governo e condicionavam a ideia de que a suspensão do regime civil era temporária e necessária para o combate da ameaça interna.⁴ Sob esse cenário de afirmação política do regime militar, o atentado contra Marighella causou incerteza e apelo popular, ainda que o governo alegasse a necessidade de ação devido ao perigo expresso pelo militante, uma ação inseparável da tentativa de afirmação militar nacional e desmoralização da figura do comunista. A resposta difere do esperado pela ação repressiva do Estado, uma vez que, o medo e a revolta popular eram contra a ação dos militares. A obra de Marighella aponta diversos aspectos desse episódio, desde seu grito pela democracia antes de ser baleado até uma fagulha de esperança para os brasileiros, dentre estes destaca-se as provas contra a ação policial e as consequentes denúncias de diversos jornais. Para Marighella, a luta pela narrativa deste ato era além de si próprio contra o regime militar, era uma disputa de toda a sociedade civil que sofria as consequências do golpe de 1964.⁵

Para o regime golpista, Carlos Marighella representava a ameaça comunista em pessoa e, como consequência de um ato de repressão em público, também foi retratado como um criminoso armado que tentara reagir à ação policial. Em sua obra, Marighella destaca a própria contradição dessa versão ao reafirmar que não estava portando nenhuma arma no contexto de sua prisão. Todavia, o militante carregava consigo um símbolo mais perigoso para os militares do que qualquer arma de fogo: a resistência de um ideal libertário. A “ideologia do medo” é uma ferramenta indispensável para a manutenção dos regimes autoritários, pois, a legitimidade do golpe tem como fundamento a ideia de um inimigo perigoso, assim, a reafirmação deste perigo na figura que Marighella é uma estratégia dessa ideologia⁶. Entre o medo e a resistência, as testemunhas do atentado e os laudos médicos endossam a liberdade de Marighella e causa ainda mais fomentação pública, assim, “A polícia

⁴ Coggiola, 2001.

⁵ Marighella, 1995.

⁶ Coggiola, 2001.



EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

estava em maus lençóis. Disparara o tiro contra mim, prendera-me, pusera-me incomunicável, mas não tinha de que me acusar”.⁷

Testemunho de uma sociedade

O período de ditadura no Brasil faz parte de um processo de controle e dominação que se estende por toda América Latina, enquanto os interesses das classes dominantes eram assegurados pela força coerciva, censura, violência e terror do Estado, a perseguição e criminalização de tudo que era “subversivo” reflete a forte dicotomia desse cenário. Conseqüentemente, a memória contemporânea desse conflito também é um fator de opiniões distintas. A memória da ditadura militar é uma narrativa que é alvo de uma disputa entre a ocultação e a exposição, não há neutralidade na história narrada.

Dessa forma, tomar o livro de Marighella como uma fonte de análise enriquece o debate sobre a memória e a própria história. Seja pela relevância do relato que expunha a violenta realidade do regime militar ou pela própria narrativa de um acontecimento histórico, Marighella consegue fazer uso do atentado de violência contra si uma fonte indispensável da memória política desse período. Apontando o acontecimento fatídico num exemplo das reais intenções daqueles que ele caracteriza como “tiras”, o relato é forte, em certos momentos assombrosos, mas que são eternizados pela memória escrita dele, o inimigo do Estado, como também, das testemunhas que assistiram horrorizadas a ação policial. Ser quem ele era representava a resistência, escrever e publicar foi resistir ao regime, ler e lembrar é compreender a memória política e, sobretudo, persistir resistindo.

REFERÊNCIAS

- AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São: Unesp, 2002.
- BERGER, Christa. Cultura da memória e resistência cultural. Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, p. 1-16, 2015. Disponível em: http://www.alcarnorte.com.br/wp-content/uploads/alcar2012_cultura_da_memoria_e_resistencia_cultural.pdf. Acesso em: 31 de julho de 2023.
- COGGIOLA, Osvaldo. Governos Militares na América Latina: a era das ditaduras. São Paulo: Contexto 2001.
- MARIGHELLA, Carlos. Por que resisti a prisão. São Paulo: Brasiliense, 1995. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1965/mes/prisao.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

⁷ Marighella, 1995, p. 35.



EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

Exemplo de como citar: SANTOS, Andreza Rayanne Alvez. **Carlos Marighella: memória de resistência eternizada pela literatura.** 2023. Disponível em: <https://www.lppe.uerj.br/emmemoriadaamericalatina>. Acesso em: 09 dez. 2023.